**AÇÕES POSSESSÓRIAS**

**(**[**FCC**](https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/bancas/fcc)**, 2018,**[**DPE-AP**](https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/institutos/dpe-ap)**)** Os limites legais da lide são determinados pelo pedido e pela causa de pedir formulados pelo autor. Essa afirmação e sua aplicação ou não às ações possessórias, corresponde ao princípio da

**A)** eventualidade ou especificidade do pedido, que não excepciona as situações ocorridas nas ações possessórias, pois não é mais prevista a fungibilidade no sistema processual civil atual.

**B)** adstrição ou da congruência, excepcionado em relação às ações possessórias, ao autorizar a fungibilidade, ou seja, a conversão de uma ação possessória em outra nas hipóteses legalmente previstas no CPC.

**C)** correlação, que não excepciona as ações possessórias pela inexistência de fungibilidade no atual sistema processual civil.

**D)** conexidade ou de determinação do pedido, que excepciona as ações possessórias pela ocorrência de fungibilidade, ou seja, a conversão de uma ação possessória em petitória nas situações estabelecidas processualmente.

**E)** estabilidade processual, que excepciona somente a conversão de ações de manutenção em reintegratórias, se houver a maior intensidade na agressão à posse, isto é, em seu esbulho.

**(2018,** [**FCC**](https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/bancas/fcc)**,**[**DPE-RS**](https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/institutos/dpe-rs)**)** João, posseiro de imóvel urbano há 25 anos, procurou a Defensoria Pública da sua Comarca, noticiando ter recebido mandado judicial de citação e intimação expedido em ação de reintegração de posse, com a determinação de que o desocupasse no prazo máximo de 10 dias, sob pena de ser expedido mandado de reintegração forçada. Em pesquisa realizada, o Defensor Público responsável pelo caso notou tratar-se de medida liminar deferida em favor da parte autora e que o mandado recebido por João ainda não havia sido juntado aos autos do processo. Nesse caso,

**A)** o prazo recursal para João impugnar a medida liminar de reintegração de posse somente se inicia após a juntada do mandado aos autos do processo, sendo intempestivo o recurso interposto antes de tal data.

**B)** se existir alguma omissão na decisão que deferiu a medida liminar de reintegração de posse em face de João, poderão ser opostos embargos de declaração, mas a interposição do referido recurso não interromperá o prazo da contestação.

**C)** João poderá demandar proteção possessória no mesmo processo, em sede de contestação, assim como postular indenização por prejuízos sofridos, mas apenas se resultantes de esbulho cometido pelo autor.

**D)** no referido processo, se houvesse a designação de justificação prévia, o prazo para contestação seria contado da audiência de justificação, caso ausente o requerido, desde que tivesse sido intimado para comparecimento.

**E)** se João demonstrar a carência de idoneidade financeira do autor para suportar as perdas e danos no caso de sucumbência, a lei processual expressamente prevê que este seja obrigado a prestar caução real ou fidejussória, sob pena de reversão da medida liminar deferida.

**(2018,**[**FCC**](https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/bancas/fcc)**,**[**PGE-AP**](https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/institutos/pge-ap)**)** Em relação as ações possessórias,

**A)** é possível, tanto ao autor quanto ao réu, na pendência da ação possessória, propor ação de reconhecimento do domínio em face de ambos ou de terceira pessoa.

**B)** no caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

**C)** impede a manutenção ou reintegração da posse a alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa.

**D)** por ser de natureza mandamental, o pedido possessório não pode ser cumulado com perdas e danos, que devem ser pleiteados por ação própria.

**E)** além de contestar o pedido possessório, se o réu quiser demandar proteção possessória para si, alegando que foi ele o ofendido em sua posse, deverá fazê-lo por meio de reconvenção.

**V ou F?** Embora o STJ possua orientação de que constitui mera detenção a ocupação por particular de área pública sem autorização expressa e legítima do titular do domínio, entende cabível o manejo dos interditos possessórios em face de outros particulares para a defesa da posse. ( )

**DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA**

**(2017, FCC, DPE-SC)** De acordo com as disposições do novo Código de Processo Civil, quanto ao inventário,

**A)** o juiz deve remeter às vias ordinárias a análise de questões que demandam qualquer outro meio de prova que não seja a documental.

**B)** é vedada a nomeação de herdeiro menor como inventariante.

**C)** o foro da situação dos bens imóveis é estabelecido como regra geral de competência para promover o inventário.

**D)** o juiz determinará, de ofício, que se inicie o inventário, se nenhum dos legitimados o requerer no prazo legal.

**E)** na sucessão testamentária pode ser realizada extrajudicialmente o inventário, mesmo havendo herdeiros incapazes.

**DAS AÇÕES DE FAMÍLIA**

**(2018, FCC, DPE-AP)** João, atualmente com onze anos de idade, é filho biológico de Rosana e Marcos, devidamente reconhecida a paternidade e constante em seu registro de nascimento. O genitor exerce direito de visitas e paga pensão alimentícia ao filho. Desde que João tinha um ano de idade, Rosana vive em união estável com Anderson, que trata a criança como seu próprio filho, havendo reciprocidade no tratamento. Anderson comparece à Defensoria Pública dizendo que gostaria de ser reconhecido como pai da criança, mas não gostaria de excluir a paternidade biológica, com o que concordam Rosana e João. Neste caso, o Defensor Público deverá

**A)** ajuizar ação declaratória da paternidade socioafetiva de Anderson em relação a João, postulando o reconhecimento da multiparentalidade, com a preservação da paternidade biológica já reconhecida.

**B)** apenas orientar juridicamente as partes, explicando a inviabilidade da pretensão de Anderson tanto em via administrativa como judicial, por esbarrar em norma expressa no Código Civil que veda tal possibilidade.

**C)** encaminhar os interessados diretamente ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais, a fim de reconhecer administrativamente a paternidade socioafetiva e, assim, acrescer o nome de Anderson como pai socioafetivo de João, sem excluir a paternidade biológica.

**D)** ajuizar ação de adoção unilateral proposta por Anderson, cumulada com destituição do poder familiar em relação ao genitor biológico, cumulando na inclusão do nome de Anderson como pai de João, sem a necessidade de excluir a paternidade biológica.

**E)** encaminhar as partes ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais, a fim de solicitar a inclusão do sobrenome do padrasto no registro de nascimento do menor, conforme previsto na Lei de Registros Públicos.

**(2017, VUNESP, DPE-RO)** João e Maria, em razão da idade, são casados pelo regime de separação de bens. Pretendendo se divorciar extrajudicialmente,

**A)** poderão formalizar o divórcio por escritura pública, desde que não exista bens comuns a partilhar.

**B)** poderão formalizar o divórcio por escritura pública, desde que autorizados judicialmente.

**C)** poderão formalizar o divórcio por escritura pública, assistidos por advogado ou defensor público.

**D)** poderão formalizar o divórcio por escritura pública, que dependerá de homologação judicial.

**E)** não poderão formalizar o divórcio por escritura pública, ante a vedação legal.

**AÇÃO MONITÓRIA**

**(2018, FCC, DPE-AM)** Uma instituição bancária detém um contrato de abertura de crédito juntamente com os extratos e demonstrativos. Para a cobrança dos débitos apurados, o banco

**A)** poderá valer-se de ação executiva de título extrajudicial, desde que o contrato seja assinado com duas testemunhas.

**B)** poderá utilizar-se da ação monitória e, após a citação do devedor, caso não pague e não apresente embargos à monitória, é constituído de pleno direito o título executivo judicial.

**C)** deverá se valer de ação de cobrança, pelo rito comum.

**D)** poderá valer-se de ação executiva de título extrajudicial, ainda que o contrato não conte com duas testemunhas.

**E)** poderá utilizar-se da ação monitória e, após a citação do devedor, caso não pague e não apresente embargos à monitória, o processo segue pelo rito comum.

**V ou F?** A ação monitória, inspirada no direito italiano, tem lugar para o exercício de direito subjetivo, vislumbrado a partir de prova escrita sem eficácia de título executivo, em desfavor de devedor capaz, cuja cognição judicial se limita ao pagamento de quantia em dinheiro e à entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel. ( )

**DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA**

**(2016,**[**UFMT**](https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/bancas/ufmt)**,**[**DPE-MT**](https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/institutos/dpe-mt)**)** Em relação aos procedimentos de jurisdição voluntária no Código de Processo Civil (CPC/2015), assinale a afirmativa correta.

**A)** Contra sentença prolatada em procedimentos de jurisdição voluntária não cabe recurso.

**B)** No procedimento da notificação e da interpelação, o juiz em qualquer caso irá ouvir o requerido antes do deferimento da notificação, podendo apresentar contestação escrita em 15 (quinze) dias.

**C)** Na ação de divórcio direto consensual, é obrigatória a realização de audiência de conciliação ou ratificação.

**D)** O tabelião somente lavrará a escritura pública de divórcio consensual se os interessados estiverem assistidos por advogado ou por Defensor Público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

**E)** O CPC/2015 não prevê o cabimento de separação consensual.

**AÇÃO DE INTERDIÇÃO**

**(2018, FCC, DPE-MA) A** legitimidade ativa do Ministério Público para a ação de interdição

**A)** não apresenta qualquer restrição quanto ao fundamento da interdição, e é concorrente com os demais legitimados ordinários.

**B)** é restrita ao caso de doença mental grave, e é subsidiária, pois incidente somente quando os legitimados ordinários não existirem, forem incapazes ou, ainda, caso não promovam a interdição.

**C)** não apresenta qualquer restrição quanto ao fundamento da interdição, mas é subsidiária em relação aos legitimados ordinários, pois incidente somente quando os legitimados ordinários não existirem ou forem incapazes.

**D)** é restrita ao caso de doença mental grave, mas é concorrente em relação aos legitimados ordinários.

**E)** é restrita ao caso de doença mental grave, e é subsidiária, pois incidente somente quando os legitimados ordinários não existirem ou forem incapazes.